

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – LICENCIATURA**

ANDRESSA VERDUM GROSS

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA COM
RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR**

Porto Alegre

2015

ANDRESSA VERDUM GROSS

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA COM
RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título em Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Maria Barbosa Brabo

Porto Alegre

2015

Dedico este trabalho ao meu querido irmão Sérgio Luiz Gross, por ter me ensinado a valorizar o conhecimento, a capacidade de aprender e a nunca desistir de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Elene e Orlando, por lutarem e darem sempre seu melhor pela família; por me ensinarem valores preciosos que compõem o melhor de mim; por nunca terem tido tantas oportunidades, mas por terem segurado firmemente as que tiveram; e, especialmente, pelo carinho e amor incondicional de minha querida mãe, e pelo espírito de força e de amor pela natureza de meu pai, que me fizeram escolher o caminho da Biologia. Também às minhas irmãs Aline e Daiane e meu sobrinho Micael, por me acolherem, e pelo carinho.

Agradeço à professora Gabriela Brabo, por me inspirar a fazer este trabalho com sua disciplina, e por ter me orientado. Às professoras e orientadoras de estágio Russel e Eunice, que eu tive durante minha trajetória na universidade, por estimularem minha desenvoltura no decorrer da graduação e fazerem nascer dentro de mim a vontade de seguir a docência, além de serem modelos de inspiração profissional para minha vida.

À professora Heloísa Junqueira, por ser tão gentil e me ceder uma parte de sua aula para que eu conseguisse avançar com a minha pesquisa. À professora Mara Ritter, pela paciência em me ensinar a construir um trabalho científico.

Ao meu amigo Davi Vergara, por me ensinar a rir nos momentos de tristeza durante a graduação. Às minhas queridas amigas Natália Berthier, por seu companheirismo e bom humor, e Patrícia Goulart, por seu carinho e companheirismo desde o início do curso.

Ao meu namorado André Klein, por me iluminar sempre com um bom conselho, pelo seu abraço e pela sua presença, mesmo que em silêncio, e por me ajudar a evoluir como pessoa.

RESUMO

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, criado em 2007, teve como objetivo assegurar um ensino de qualidade para alunos com deficiência. Com o intuito de efetuar o PDE, foi publicado o Decreto nº 6.094/2007, que garante o direito ao acesso e à permanência no ensino regular de alunos com deficiência (BRASIL, 2007). Para que os alunos dos cursos de licenciatura, futuros docentes formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tenham capacidade de promover aulas que integrem todos os alunos, é necessário haver, em seu currículo, disciplinas destinadas a ensinar os futuros professores a atenderem um público mais heterogêneo. Há apenas uma disciplina de caráter generalista que abrange o conhecimento a respeito do alunado composto por pessoas com deficiência — Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais. Ela é oferecida como eletiva para os alunos de Licenciatura do curso de Ciências Biológicas. Consequentemente, os alunos desse curso geralmente se formam tendo somente o conhecimento da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) oferecida na universidade, que é obrigatória, entretanto específica a uma categoria de deficiência: as pessoas surdas. Um dos principais objetivos com este trabalho é colocar a inclusão escolar no contexto da graduação dos licenciandos. O estudo desenvolvido consiste em uma pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, tendo como contexto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS — mais especificamente, o Instituto de Biociências —, e como sujeitos, os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Com este estudo, foi possível reconhecer que os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas respondem ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino regular de forma positiva, ou seja, eles não se opõem ao referido Decreto. No entanto, muitos percebem a necessidade de que o currículo de seu curso se amplie para contemplar temas que envolvam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, tendo como intuito visualizar o assunto e desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas. Além disso, os alunos demonstraram, por meio dos questionários, conhecer pouco sobre o assunto e/ou não se sentir preparados pela universidade para atender a esse novo público. Portanto, para formar professores capazes de ensinar alunos com alguma deficiência, é preciso começar melhorando o currículo dos cursos, aumentando o número de disciplinas que tenham como tema a Educação Especial e a Educação Inclusiva, a fim de alcançarmos o sucesso escolar para toda a sociedade.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Alunos com deficiência. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Formação Docente Inicial.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 O TEMA E A PESQUISADORA.....	10
3 PROFESSORES DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	12
3.1 PROFESSORES DE BIOLOGIA.....	13
4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	16
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA E DISCUSSÃO.....	23
5.2 ANÁLISE QUALITATIVA E DISCUSSÃO.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	42

1 INTRODUÇÃO

A educação especial, ao longo da história da educação no Brasil, nunca foi uma pauta relevantemente contemplada pelas políticas públicas brasileiras (FERREIRA, 1998). Tal situação tem se configurado, entre outras, em um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de um sistema de educação na perspectiva inclusiva, bem como para a implementação de alternativas que possam superar a discriminação com que historicamente tem se tratado as pessoas com deficiência.

Somente em 2001 é que o termo *inclusão* foi trazido pelas Diretrizes para a Educação Especial, tendo como base para a sua elaboração a Declaração de Salamanca de 1994 (LAPLANE, 2006). A educação inclusiva, então, assume nesse meio um papel central como ferramenta para superar a exclusão das pessoas com deficiência dentro do sistema de ensino (BRASIL, 2007).

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, criado em 2007, teve por objetivo assegurar um ensino de qualidade para alunos com deficiência. Em vista disso, ele cita vários meios que devem ser criados para tal objetivo, como professores para trabalhar na educação especial e a implantação de salas de recursos multifuncionais. Com o intuito de efetuar o PDE, foi publicado o Decreto nº 6.094/2007, que garante o direito ao acesso e à permanência no ensino regular de alunos com deficiência (BRASIL, 2007).

Visando criar um ambiente escolar democrático e não excludente, para assegurar um aprendizado de qualidade a todos os alunos e não apenas a um pequeno grupo homogêneo, a inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino regular vem sendo gradualmente implantada. O PDE garante, no Compromisso Todos pela Educação, o acesso e a permanência no ensino regular, assim como o atendimento educacional especializado para esses alunos, certificando seu ingresso nas escolas públicas (BRASIL, 2007).

Para haver efetivamente inclusão escolar, são necessárias medidas para mudar os métodos de ensino e avaliativos que devem ser acessíveis para todos os alunos, visando ao seu progresso e sucesso escolar (BRASIL, 2006). Para tanto, é preciso haver mudanças tanto estruturais quanto profissionais nas escolas, para que estejam adaptadas a todos os alunos, em especial àqueles que possuam alguma deficiência. O professor é parte fundamental do meio educacional, cabendo a ele cumprir seu dever social através

de propostas pedagógicas capazes de integrar todos seus alunos e valorizar suas diferenças (BRASIL, 2010).

Mesmo havendo professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE que irão trabalhar no contraturno escolar, torna-se imprescindível haver, por parte dos outros professores do ensino regular, um mínimo conhecimento para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que se adequem a todos os alunos. Para isso, é necessário que esses professores tenham uma formação que os capacite a trabalharem com diferentes metodologias de ensino.

Em 2005, houve uma reunião no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE da UFRGS que resultou na modificação do artigo 1º da Resolução nº 04/2004 do referido Conselho, Resolução essa que regulamenta as Diretrizes para o Plano Pedagógico das Licenciaturas dessa Universidade (BRABO, 2013). Essa alteração ocorreu em decorrência da disseminação das políticas de inclusão, fazendo com que fossem acrescentados ao mencionado artigo os parágrafos 4º — que instituiu a oferta de disciplina de caráter obrigatório que capacite o futuro docente a atender estudantes que apresentem necessidades educacionais especiais, buscando um atendimento de qualidade para esses alunos — e o 5º, que estipulou um prazo de dois anos (a contar dessa data) para que os cursos de Licenciatura da UFRGS pudessem se adaptar a esse disposto (BRABO, 2013).

Tendo em vista esse prazo de dois anos para adaptação dos cursos de Licenciatura na UFRGS à inclusão, foi introduzida a disciplina de LIBRAS¹ em todos esses cursos. A disciplina de LIBRAS é obrigatória e trabalha com um conhecimento específico para o atendimento a alunos surdos (BRABO, 2013). Contudo, dada sua especificidade para com apenas uma categoria de deficiência, acaba-se por capacitar os futuros professores a apenas uma pequena parcela da demanda de alunos com necessidades educacionais especiais. Alunos com outras necessidades acabaram não sendo contemplados nesse primeiro momento.

Para que os futuros professores formados na UFRGS tenham capacidade de promover, em sua prática docente, aulas que integrem todos os alunos, é necessário haver em seu currículo disciplinas que contemplem um público mais heterogêneo. Por ter um caráter generalista, a disciplina Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais abrange o conhecimento sobre todo o público de alunos com

¹ Língua Brasileira de Sinais.

deficiência, trazendo ao alcance do licenciando uma noção sobre a história e as peculiaridades da educação especial. Essa disciplina é oferecida como eletiva para os alunos de Licenciatura do curso de Ciências Biológicas. Conseqüentemente, os alunos desse curso geralmente se formam tendo somente o conhecimento da disciplina de LIBRAS, adquirido na universidade, para atender a todos os alunos sujeitos da educação especial — a saber: alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2007)².

Todavia, mesmo havendo total empenho por parte dos profissionais que atuam no campo da Educação, de forma geral, é importante lembrar que ela é incapaz de mudar sozinha a sociedade ou ser a única responsável em orientar as relações de acolhimento à diversidade humana. Esse tipo de orientação diz respeito a fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, religiosos etc. (LAPLANE, 2006).

O questionamento principal deste trabalho está relacionado à ausência das temáticas da Inclusão Escolar e Educação Especial no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Durante toda graduação, raramente esses temas têm sido mencionados, não havendo nenhuma disciplina obrigatória no currículo do curso que incluía, entre seus temas, o respeito à diversidade e o ensino a alunos com deficiência — alunos esses com os quais, provavelmente, iremos nos encontrar no futuro, em nossas salas de aula. Portanto, nossa questão de pesquisa é: que conhecimento os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas possuem acerca da inclusão escolar e da educação especial, e qual a opinião deles a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular?

² Embora não se ignore que nos documentos legais e políticos, o público-alvo da Educação Especial seja dividido nesses três grupos de sujeitos, doravante, neste estudo, eles serão nomeados de alunos com deficiência para representar esses mesmos sujeitos.

2 O TEMA E A PESQUISADORA

Acompanhei, desde criança, a trajetória de meu irmão mais velho. Lembro-me, durante minha infância, de como era bom estar com ele. Ao contrário das outras pessoas de minha família, ele sempre me deu muita atenção. Era carinhoso, brincávamos juntos e um cuidava do outro. Ele sempre foi pra mim o melhor irmão do mundo, cheio de histórias para contar, de energia e encanto.

À medida que fui crescendo, fui me modificando e deixando os hábitos de criança para trás, como qualquer pessoa. Meu irmão, ao contrário, sempre queria brincar, assistir a desenhos e não conseguia aprender a ler. Lembro que uma de nossas brincadeiras prediletas era a de professor e aluno. Assim que comecei a ler, eu o ensinava, procurava corrigi-lo, mas acabava sempre tendo de ensinar novamente as mesmas coisas. Ele tinha muita dificuldade de compreender as horas do relógio, de juntar as letras e reconhecer os valores das notas de dinheiro. Como não havia uma prática cotidiana que fizesse parte de nossa rotina, tornava-se ainda mais difícil.

Meu irmão tem deficiência intelectual. De acordo com os médicos, o cérebro dele tem em torno de 70% de funcionamento. Ele estudou em muitas escolas, mas nunca conseguiu passar dos anos iniciais. Apesar de todas as suas dificuldades, ele sempre teve o desejo de aprender. Hoje ele diz que quer ser como eu, se formar no Ensino Fundamental e Médio e ir para a faculdade. Ele quer se formar, estudar e mostrar para todos que é capaz, pois muitas pessoas, ao longo de sua vida, o menosprezaram chamando-o de incapaz, entre muitas outras ofensas que não cabe dizer neste momento. O maior sonho da vida dele é concluir os estudos.

A realização do sonho do meu irmão vai acontecer agora, graças à inclusão escolar. Atualmente, ele se encontra cursando o sétimo ano do Ensino Fundamental. Finalmente conseguiu sair dos anos iniciais. Ele não se importa de estudar com os pequenos, pelo contrário, tem muitos amigos na escola, se dá muito bem com os professores, conseguiu desenvolver vários aspectos de sua vida. Eu noto que meu irmão não se sente mais excluído da sociedade e é muito feliz por isso.

Acredito que ninguém tem o direito de negar um sonho tão bonito e belo como o do meu irmão — que agora, com 44 anos, está finalmente realizando seu maior desejo. Devido a ele, eu sempre acreditei que todo ser humano tem o direito de fazer parte do mundo da escola, uma vez que ela é um dos principais pilares da nossa sociedade. Estou

ciente de que esse processo de inclusão, na maioria das vezes, não é fácil, mas se for preciso enfrentar dificuldades para ver pessoas como meu irmão sorrirem e se sentirem aceitas, eu farei o possível.

Durante toda a minha graduação, só estudei a temática da inclusão escolar no último ano do curso, durante as disciplinas de *LIBRAS* e *Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais*. Somente em ambas as disciplinas, pude realmente compartilhar minha vivência e me sentir contemplada.

Ao longo de todo o curso, foram abordados muitos grupos de alunos que passam por dificuldades na escola, como os de classes sociais mais baixas, mas em nenhuma das demais disciplinas que eu cursei, os professores dedicaram uma única aula para a temática da inclusão escolar, nem sequer uma parte dela.

Um dos meus principais objetivos com este trabalho é colocar a inclusão escolar no contexto da graduação dos licenciandos — pelo menos os do curso de Biologia — de modo que possam valorizar a diversidade e refletir sobre ela, inclusive em sua própria espécie, conscientizando-se dela e aceitando-a. Por muito tempo, o grupo de pessoas com deficiência foi esquecido, e o exemplo mais concreto desse esquecimento em minha vida é o meu irmão, que somente agora vai conseguir conquistar seu sonho e não se sentir excluído da sociedade, mas sim, aceito da maneira que ele é.

3 PROFESSORES DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A palavra inclusão pode ser representada por meio de conceitos como igualdade, fraternidade, direitos humanos ou democracia, termos que são bem aceitos pela sociedade, mas que ela nem sempre entende ou não põe em prática (TEODORO & SANCHES, 2006), ou até mesmo resiste em aceitar e respeitar as diferenças. Além dessas características, a inclusão ainda pode ser vista como um meio para fazer surgir uma nova mentalidade, tendo como princípios: o direito à dignidade, a busca de identidade e o exercício da cidadania (LAPLANE, 2006).

A inclusão é vista por muitos educadores como um trabalho difícil e de pouco retorno. Contudo, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não seja mais vista como um problema, mas como um desafio enriquecedor — especialmente da criatividade e do profissionalismo dos professores —, possibilitará a construção de novos ideais e a transformação de velhos pensamentos, permitindo a criação de novas políticas e práticas educativas (TEODORO & SANCHES, 2006).

Em casos de alunos com deficiência visual, por exemplo, o uso de objetos bidimensionais ou tridimensionais faz toda a diferença para seu aprendizado. Uma boa maneira de dar a esses alunos uma noção do que seja uma montanha é mostrar a eles modelos que representem esse acidente geográfico para que possam explorar tatilmente. Esses modelos devem ser criteriosamente escolhidos e, de preferência, sua apresentação ao aluno deve ser acompanhada de explicações verbais. Além disso, tais objetos não podem ser muito pequenos, para que se torne possível a compreensão de seus detalhes (CERQUEIRA & FERREIRA, 1996). Esse tipo de recurso irá enriquecer a aula não só para os alunos com deficiência visual, mas para todos os outros alunos.

A compreensão do professor quanto às potencialidades e dificuldades de seus alunos com deficiência, bem como o desenvolvimento de expectativas positivas relativas a esses alunos são aspectos a serem cultivados para o alcance do êxito da educação inclusiva. Segundo Gomes e Rey (2007), a inclusão escolar só será bem sucedida se o professor regular acreditar que o aluno será bem sucedido, se a escola estiver convicta em aceitar e compartilhar a responsabilidade pelo processo de aprendizagem de estudantes com deficiência, e se todos os profissionais da educação estiverem dispostos a trabalhar em colaboração com as salas de aula comuns.

Conforme Glat (2007), a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar, tendo como objetivo atingir todos os alunos, diferente da escola tradicional, que exige a adaptação do aluno às regras disciplinares e às suas formas de ensino sob pena de punição e/ou reprovação. Portanto, para a concretização da educação inclusiva, é preciso: em primeiro lugar, que os professores tenham convicção da efetividade da proposta; que sintam afeto (e se sintam afetados) pela causa, segundo o entendimento da heterogeneidade; e por fim, que tenham compromisso com a nova educação, com o intuito de ser alcançado o sucesso na aprendizagem.

3.1 PROFESSORES DE BIOLOGIA

O currículo do curso de Ciências Biológicas possui peculiaridades que implicam a grande necessidade de haver, por parte do professor formado nesse curso, o entendimento e o cuidado ao tratar de assuntos relativos à inclusão — escolar ou social—, uma vez que um dos conteúdos exigidos em sua disciplina envolve o conhecimento e a compreensão de diversas síndromes que podem incidir, entre outras consequências, em diversas deficiências.

Dessa forma, é necessário que esse professor conduza sua disciplina de forma sensível e cuidadosa para não criar estereótipos ou induzir o desenvolvimento de preconceitos por parte de seus alunos ao ensinar esses conteúdos. Para tanto, seria ideal haver uma conscientização desse professor de Biologia, desde a sua formação.

Segundo Padilha (2007):

O importante seria que nós não limitássemos a vida humana a essa relação normal/patológico, pois é preciso olhar para além do corpo, além da doença, além da diferença, para além da deficiência. A discussão parece eterna... Difícil... É necessário apontar para a possibilidade de uma maior compreensão de que alguns aspectos do desenvolvimento, que do ponto de vista neurológico anunciam deficiência mental e limitações, podem ser superados, mesmo que tais superações possam apenas ser demonstradas em alguns níveis, porque estão delimitados estes aspectos e estes níveis, num tempo, também delimitado (PADILHA, 2007, p. 3).

Uma das temáticas mais discutidas em nosso curso e apreciadas por muitos alunos refere-se à diversidade das espécies conhecidas em nosso planeta. É possível afirmar que é muito difícil encontrar um aluno do curso de Ciências Biológicas que não goste de admirar e compreender a grande diversidade de espécies que temos,

principalmente em nosso país. Todavia, ironicamente, esses mesmos alunos pouco entendem sobre sua própria diversidade. Assim, de uma maneira inversamente proporcional, quanto mais se mostram fascinados com a diversidade das demais espécies de seres vivos, quase sempre tendem a ver a diversidade humana com maus olhos ou como se fosse um empecilho. Em âmbito geral, portanto, é possível dizer que em vez de se procurar conhecer, compreender e aceitar a diversidade como uma riqueza, vem se lutando para o fim das diferenças em nossa espécie.

No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFRGS, grande parte dos graduandos provavelmente vem se formando sem ter o conhecimento necessário para ensinar — nem lidar — sobre a diversidade aos alunos que os esperam. Contudo, muitos têm a oportunidade de participar de disciplinas eletivas que os ajudem a se capacitar. É possível, portanto, que muitos desses futuros professores não conheçam as necessidades de seus futuros alunos sujeitos da educação especial, que possuem diferenças individuais que podem envolver tanto síndromes neurológicas, psiquiátricas ou quadros psicológicos graves quanto altas habilidades/superdotação (BRABO, 2013). Dessa forma, torna-se necessário averiguar a capacidade dos futuros professores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, visando saber se eles se consideram aptos ou não para serem professores de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais.

Este trabalho teve como objetivo principal averiguar o grau de conhecimento, bem como saber a opinião dos alunos do curso de Biologia sobre seu preparo para atender alunos com deficiência em classe comum, preparo esse que permita o desenvolvimento e aprendizado de todos os alunos. Além disso, intentou-se investigar de que maneira — positivamente ou negativamente — os futuros professores respondem à inclusão escolar; conhecer a opinião desses alunos sobre as disciplinas oferecidas com o propósito de ensinar aos alunos com deficiência; e também procurar contribuir para melhorias do currículo do curso de Ciências Biológicas no que diz respeito à formação docente para a inclusão.

Gomes e Barbosa (2006), em uma pesquisa feita com professores do Ensino Fundamental, os caracterizaram como possuidores de uma formação acadêmica, mas que não possuíam preparo profissional adequado para atuar com alunos portadores de paralisia cerebral (PPC) em salas de aula regulares. Ressaltaram ainda que os próprios docentes afirmaram não estarem capacitados para esse tipo de atuação, assim como apresentaram atitudes negativas perante as políticas de inclusão escolar.

A estruturação da escola dentro de uma perspectiva inclusiva está diretamente ligada ao papel do professor em sala de aula, pois ele é um dos protagonistas geradores e gestores de condições e de recursos para que haja mudança cultural e desenvolvimento do respeito à diversidade humana (TEODORO & SANCHES, 2006). Por meio da educação na perspectiva inclusiva, tanto o professor quanto o aluno passarão por dificuldades e complexidades que proporcionarão aprendizagens significativas e desafios à criatividade por intermédio da ruptura de ideias prontas e padronizadas, garantindo o acesso à cidadania aos desfavorecidos (TEODORO & SANCHES, 2006).

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Como já foi mencionado anteriormente, visando responder à questão de pesquisa — que conhecimento os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas possuem acerca da inclusão escolar e da educação especial, e qual a opinião deles a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular? —, o presente estudo teve os seguintes objetivos:

— Objetivo principal:

- Verificar o nível de conhecimento e capacitação dos alunos do curso de Biologia para elaborar métodos pedagógicos inclusivos que permitam o crescimento e aprendizado dos alunos com deficiência.

— Objetivos específicos:

- Conhecer a opinião dos licenciandos a respeito da inclusão escolar;
- Averiguar a necessidade de mais disciplinas oferecidas que contemplem essa temática;
- Contribuir para melhorias do currículo de licenciatura do curso de Ciências Biológicas.

O estudo desenvolvido consiste em uma pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, também chamada de pesquisa quali-quantitativa ou, ainda, de pesquisa de abordagem mista, em que elementos qualitativos se mesclam aos quantitativos.

Historicamente, o interesse em combinar formas diferentes de coleta e tratamento de dados teve seu início na década de 1950, aumentando o número de pesquisas que misturavam dados qualitativos e quantitativos nos anos de 1970. Na década de 1980, observou-se o interesse por parte dos estudiosos de métodos de pesquisa no que tange à sustentação paradigmática e aos procedimentos que caracterizariam as pesquisas mistas. Assim, nos anos 1990, se evidenciaram publicações a respeito dessa abordagem metodológica.

A defesa da pesquisa quali-quantitativa é feita por Cresswell (2007), justificando pela ideia de que os vieses de uma abordagem podem ser combatidos pelo uso da outra. Para tanto, argumenta que, hoje em dia, a preocupação deve ser antes como posicionar

uma pesquisa numa continuidade entre o qualitativo e o quantitativo do que considerá-las numa oposição. Por isso, é imprescindível que o pesquisador reconheça a existência de uma relação entre as duas abordagens.

Ao adotar um método misto, o pesquisador pode quantificar dados qualitativos ou qualificar dados quantitativos. Por exemplo, pode explorar casos discrepantes: durante a análise quantitativa dos dados, podem surgir casos que se desviam profundamente dos demais, e a pesquisa qualitativa pode ser utilizada para aprofundar esses casos. Pode também desenvolver instrumentos de pesquisa baseados na visão da população pesquisada a partir da coleta qualitativa de dados; etc.

De acordo com Castro (2006), as pesquisas que mesclam características qualitativas e quantitativas apresentam uma “complementaridade virtuosa”, em que uma alcança resultados que à outra não é possível atingir. O autor refere que enquanto a pesquisa quantitativa pergunta “o que acontece” e “como acontece”, a qualitativa pergunta “por que acontece”. Desse modo, a pesquisa qualitativa “[...] **dá sentido e confiança à exploração quantitativa**” (CASTRO, 2006, p. 108, grifos do autor).

Thales de A. Tréz (2012) reconhece que temos no Brasil pouca literatura sobre as implicações teóricas e as características específicas advindas da mescla entre as abordagens qualitativa e quantitativa na pesquisa educacional — que ele nomeia de “terceiro movimento”. Johnson et al. (2007 apud TRÉZ, 2012) sugerem o termo “pesquisa mista” ou “pesquisa de métodos mistos”, uma vez que pensam que a proposta não se restringe a uma mera combinação de métodos apenas. Identificam essa proposta como um movimento novo, que surge em resposta aos incessantes e improdutivos debates que tentam comprovar as vantagens de uma abordagem em detrimento às desvantagens da outra. Esses autores definem a pesquisa mista da seguinte forma:

[...] o tipo de pesquisa na qual o pesquisador ou um grupo de pesquisadores combinam elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (ex., uso de perspectivas, coleta de dados, análise e técnicas de inferência qualitativas e quantitativas) com propósito de ampliar e aprofundar o conhecimento e sua corroboração (JOHNSON et al., 2007, p. 123 apud TRÉZ, 2012, p. 1137).

Ao longo da história da pesquisa, temos sido geralmente apresentados às opções de investigação científica de forma a escolhermos *ou* uma *ou* outra, como se a opção por uma automaticamente excluísse qualquer possibilidade de trabalharmos com a outra. Teddlie & Tashakkori (2009 apud TRÉZ, 2012) consideram a pesquisa de métodos

combinados como a terceira grande abordagem de pesquisa, juntamente com a pesquisa qualitativa e quantitativa, como se fosse um elo no *continuum* entre essas duas abordagens.

Já Minayo & Sanches (1993) optam por uma ideia de complementariedade entre as duas abordagens. Segundo os autores, “nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra” (p. 247) e embora não vejam contradição entre ambas quanto à metodologia, também não identificam uma continuidade. Afirmam que a relação entre o qualitativo e o quantitativo não pode ser reduzida a um *continuum*. A proposta apresentada pelos autores consiste na utilização complementar em questões de pesquisa: “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (p. 247).

Ainda que haja alguma divergência no que diz respeito aos aspectos característicos de uma pesquisa mista — combinação, *continuum*, complementariedade etc. —, os autores são unânimes quanto à sua importância para a prática de pesquisa, visto que ela incorpora elementos das abordagens qualitativa e quantitativa. Thiollent (1984) consegue sintetizar bem a ideia sobre o assunto quando nos diz que “qualquer fato social e educativo possui aspectos que podemos descrever em termos quantitativos [...] e em termos qualitativos” (THIOLLENT, 1984, p. 46).

O estudo teve como contexto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS — mais especificamente, o Instituto de Biociências — e como sujeitos, alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: (a) um questionário que averiguou o conhecimento e grau de dificuldade que tais alunos apresentam mediante as políticas públicas de inclusão escolar, bem como diversos temas relacionados ao mesmo assunto; (b) um diário de campo em que foram anotadas informações sobre o desenvolvimento do estudo e as impressões colhidas durante esse processo.

O questionário supramencionado foi constituído de duas partes: primeiramente, questões objetivas para a análise quantitativa que foram posteriormente analisadas; e em seguida, questões dissertativas para a análise qualitativa. Do questionário objetivo participaram 31 alunos, e do qualitativo, apenas três. Para o questionário objetivo, cujas questões se encontram na Tabela 1, foi utilizada, além do questionário manual, uma ferramenta de pesquisa online chamada de “Survey Monkey”³.

³ Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/?ut_source=header>.

O espaço de aplicação dos questionários foi a Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS. A aplicação ocorreu durante as aulas das seguintes disciplinas: Estágio de Docência em Ciências, ministrado pela professora Heloísa Junqueira, e Estágio de Docência em Biologia, ministrado pela professora Russel Terezinha Dutra da Rosa. Ambas as professoras cederam parte do tempo de suas aulas para que os questionários fossem aplicados aos alunos.

Além dos alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que se encontravam frequentando essas duas disciplinas, os questionários foram aplicados a alunos que já haviam cursado essas mesmas disciplinas. Estes últimos participaram da pesquisa através de encontros no Campus do Vale ou ainda pelo preenchimento dos questionários online.

Os critérios de seleção dos sujeitos que participaram da pesquisa foram os seguintes: alunos que já se encontrassem nas etapas finais do curso e que já tivessem cursado quase todas as disciplinas oferecidas pela Faculdade de Educação – FACED da UFRGS, uma vez que é nessa Faculdade que são disponibilizadas disciplinas que apresentam em seu currículo debates e reflexões voltados para a temática da Educação Inclusiva e das pessoas com deficiência. Assim, buscou-se averiguar, entre outras coisas, se esses alunos já possuíam alguma familiaridade com essa temática.

A seguir, os questionários que foram aplicados.

Tabela 1: Questionário quantitativo

QUESTÕES
<p>01) Você já ouviu falar do Decreto nº 6.094/2007, que garante o direito ao acesso e permanência no ensino regular de alunos com deficiência (MEC/SEESP, 2007)?</p> <p>() sim, na faculdade () sim, fora da faculdade () não</p>
<p>02) Você concorda com esse Decreto?</p> <p>() sim () em parte () não</p>
<p>03) Você considera mais satisfatório haver escolas especializadas que atendam somente alunos com deficiência?</p>

sim não

04) Das deficiências, transtornos, síndromes etc. abaixo, quais você conhece?

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> cegueira | <input type="checkbox"/> síndrome de Down | <input type="checkbox"/> paraplegia |
| <input type="checkbox"/> baixa visão | <input type="checkbox"/> síndrome de Asperger | <input type="checkbox"/> tetraplegia |
| <input type="checkbox"/> surdez | <input type="checkbox"/> síndrome de Rett | <input type="checkbox"/> paralisia cerebral |
| <input type="checkbox"/> deficiência auditiva | <input type="checkbox"/> autismo | <input type="checkbox"/> deficiência intelectual |
| <input type="checkbox"/> surdo-cegueira | <input type="checkbox"/> psicose infantil | <input type="checkbox"/> altas habilidades |

05) Você já ouviu falar na Sala de Recursos Multifuncionais?

- sim, na faculdade
- sim, fora da faculdade
- não

06) Você se sente preparado para receber em sua sala de aula um aluno com deficiência, transtorno, síndrome ou altas habilidades?

- sim em parte não

07) Você acha que o professor tem influência sobre comportamentos discriminatórios entre alunos?

- sim em parte não

08) As cadeiras obrigatórias e alternativas do seu currículo lhe capacitam plenamente a atender a diversidade de alunos em sala de aula?

<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> em parte <input type="checkbox"/> não
<p>09) Na sua opinião, qual o grau de importância em cursar uma disciplina que trabalhe com conteúdos voltados para o ensino de alunos com deficiência na perspectiva inclusiva?</p> <p><input type="checkbox"/> muito importante <input type="checkbox"/> importante <input type="checkbox"/> pouco importante <input type="checkbox"/> irrelevante</p>
<p>10) Sobre a disciplina Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais:</p> <p><input type="checkbox"/> Você já fez esta disciplina.</p> <p><input type="checkbox"/> Você já ouviu falar ou conhece por informações e pretende fazer.</p> <p><input type="checkbox"/> Você já ouviu falar ou conhece, mas não pretende fazer.</p> <p><input type="checkbox"/> Você não conhece.</p>

Tabela 2: Questionário qualitativo.

QUESTÕES
<p>1) Qual sugestão você daria para mudar o currículo da licenciatura em Ciências Biológicas para que os futuros professores fossem mais capacitados a dar aulas para alunos com deficiência?</p>
<p>2) Quais pontos positivos e negativos você acha que encontrará ao dar aula para alunos com deficiência?</p>
<p>3) Você pode citar alguma metodologia que possa ser usada em uma aula de biologia que integre alunos com deficiência?</p>
<p>4) Qual sua opinião sobre o acesso e permanência no ensino regular de alunos com deficiência?</p>

5) Sobre a disciplina “Intervenção pedagógica e necessidades educativas especiais”:

- a) Você acha que ela contribuiu para sua formação como professor apto a atender alunos com deficiência?**
- b) Se você não fez, acha que é importante haver uma disciplina que aborde esta temática? Explique.**

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este momento do estudo, as análises e discussões acerca dos resultados da coleta de dados foram divididas em dois segmentos: um voltado para os dados quantitativos e outro para os dados qualitativos.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA E DISCUSSÃO

O questionário quantitativo foi respondido por 31 (trinta e um) alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Só foi possível obter esse número graças ao auxílio das professoras ministrantes dos estágios já mencionados anteriormente, que cederam alguns minutos de suas aulas para a aplicação do questionário, uma vez que os alunos de final de curso já não frequentam tanto o ambiente da universidade, o que dificultou muito sua participação na pesquisa.

A primeira pergunta do questionário buscava saber quantos alunos já haviam ouvido falar no Decreto nº 6.094/2007 — que garante o direito ao acesso e permanência no ensino regular de alunos com deficiências — e se eles tinham ouvido fora da faculdade ou dentro dela. Nas Figuras 1 e 2 a seguir é possível observar em percentuais como ocorreram as respostas.

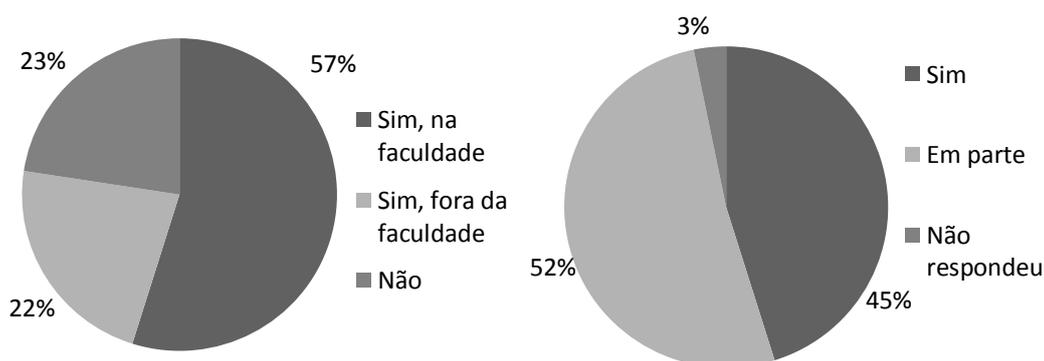


Figura 1. Respostas da questão 1. "Você já ouviu falar do Decreto nº 6.094/2007, que garante o direito ao acesso e permanência no ensino regular de alunos com deficiências (MEC/SEESP, 2007)?"

Figura 2. Respostas da questão 2. "Você concorda com esse decreto?"

Embora 57% dos alunos conheçam o Decreto através do ambiente da faculdade, quase a metade (43%) sai sem ter aprendido sobre isso durante o curso, sendo que 23% nem mesmo chegam a alcançar esse conhecimento dentro ou fora da faculdade (Fig. 1). Esse tipo de acontecimento dificulta o desenvolvimento da educação inclusiva, que só será efetivo se houver mudanças na formação e no apoio adequado aos docentes, de maneira a conduzir os procedimentos educacionais destinados a esses alunos (GOMES & REY, 2007).

A segunda questão revela que a metade dos alunos não concorda plenamente com o conteúdo desse Decreto (Fig. 2), o que é um número bem significativo. Durante a aplicação do instrumento, alguns comentaram que não era possível concordar plenamente com tal Decreto, porque eles sabiam que as escolas públicas não estão preparadas para receber esses alunos. Inclusive, relataram que nem eles mesmos estão preparados, e que o governo só repassou esse problema para escola pública resolver sozinha, sem dar muito apoio. De certo modo, ela está relacionada com a questão 4 do questionário qualitativo, que será analisado logo após a análise quantitativa.

A terceira questão do questionário abordava um assunto mais delicado, do qual alguns alunos demonstraram dúvida quanto à possibilidade de haver escolas especializadas que recebam somente alunos com deficiência, pois por trás dessa pergunta estão outras duas questões: primeiro, o fato de haver as escolas especializadas para atender somente alunos com deficiência poderia estar levando à segregação dessas pessoas; e segundo, aceitando o que anuncia o novo decreto, se estaria expondo esses alunos a um mundo totalmente despreparado para atendê-los.

Muitos dos participantes relataram, durante a aplicação do questionário, que essa questão necessita de discussão e averiguação, pois envolve uma temática mais complexa. Justamente a falta de debate entre eles explica o porquê de a maioria dos alunos estar com dúvidas em aceitar essa mudança na educação: eles precisam de um espaço para discutir, refletir e compreender melhor esse processo de inclusão.

Conforme os resultados das respostas do questionário para terceira questão, 21 alunos responderam que não será mais eficaz haver escolas especializadas para as pessoas com deficiência e dez alunos foram a favor da eficácia dessas escolas. Então, apesar de não estarem muito confiantes, a maior parte dos alunos ainda é a favor de que não haja a segregação dos alunos em escolas especiais, demonstrando apoiar uma transformação do meio educativo.

A questão de número quatro tinha como objetivo saber se os alunos estão familiarizados com as diversas deficiências, síndromes, transtornos, entre outros, a fim de saber o quão novo será para eles trabalhar com esses alunos.

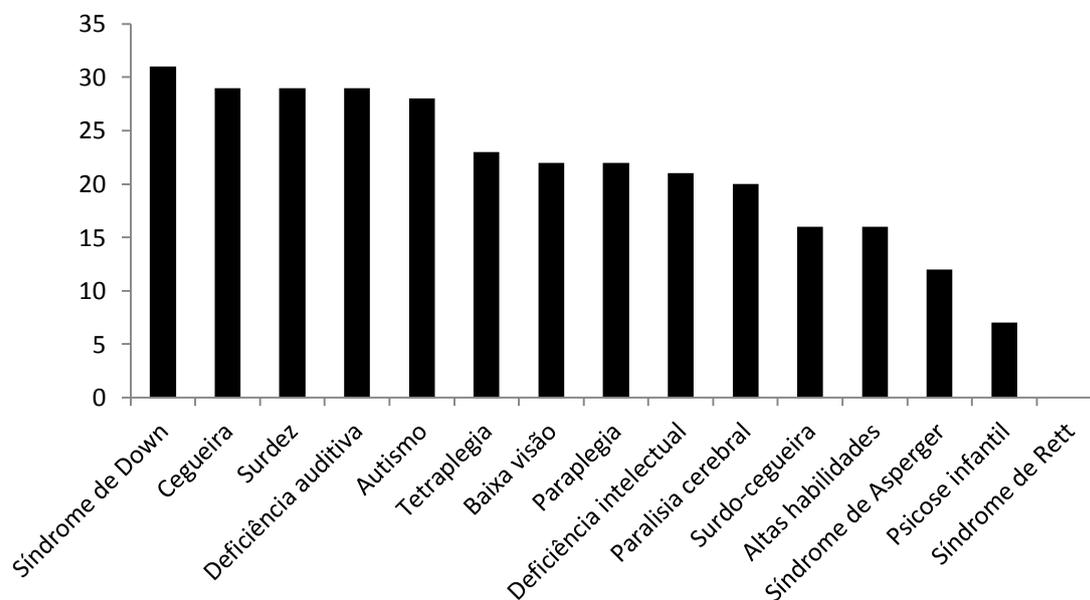


Figura 3. Respostas da questão 4. “Das deficiências, transtornos, síndromes etc. abaixo, quais você conhece?”

Em ordem decrescente de conhecimento, observou-se que nenhum dos participantes conhece a Síndrome de Rett. Esta é uma síndrome pouco conhecida pela maioria das pessoas, pois trata-se de uma desordem do desenvolvimento neurológico relativamente rara, ocorrendo em uma a cada 10.000-20.000 crianças, segundo a Abrete – Associação Brasileira de Síndrome de Rett⁴, sendo uma síndrome que afeta predominantemente o sexo feminino (SCHWARTZMAN, 2003).

Todas as meninas que possuem a Síndrome de Rett apresentam deficiência intelectual de severa a profunda, além da perda das habilidades motoras finas. Podem também apresentar menos interesse pelo ambiente que as rodeiam e pela socialização e interação com os outros. Em alguns casos, elas podem interagir de uma forma “autista”, motivo pelo qual muitas recebem o diagnóstico de Autismo erroneamente, no início da manifestação da síndrome (ABRE-TE).

A Psicose infantil foi o segundo transtorno menos conhecido entre os participantes da pesquisa. Kupfer et al. (2007) trabalham com dois pontos de vista acerca da Psicose infantil desenvolvidos por Zenoni (1991): do ponto de vista genético,

⁴ Disponível em: <http://www.abrete.org.br/sindrome_rett.php>.

é entendida como uma defesa da criança contra uma realidade excessivamente perigosa ou frustrante, recusando-se a avançar sobre a linha do desenvolvimento; no ponto de vista estrutural, as crianças psicóticas tornam-se cativas na posição de objeto de um Outro. Para Ajuriaguerra e Marcelli (1991), a psicose infantil é um transtorno de personalidade dependente do transtorno da organização do eu e da relação da criança com o meio ambiente.

O terceiro transtorno menos conhecido foi a Síndrome de Asperger. Esta Síndrome foi identificada em 1944, mas só foi oficialmente reconhecida como critério de diagnóstico no DSM-IV em 1994. De acordo com Teixeira (2005), é caracterizada por alterações na interação social e no uso da linguagem para a comunicação, além de comportamentos repetitivos ou perseverativos com limitado interesse. Geralmente apresenta elevadas habilidades cognitivas e funções de linguagem normais, características que a diferenciam do Transtorno do Autismo⁵. Crianças com Síndrome de Asperger podem ou não procurar uma interação social, mas têm sempre dificuldades em interpretar e aprender as capacidades da interação social e emocional com os outros (TEIXEIRA, 2005).

A mais conhecida das síndromes pelos participantes foi a Síndrome de Down, que consiste em uma aneuploidia⁶ com uma incidência de aproximadamente um entre 700 indivíduos (SANTOS et al., 2006). Logo depois dela, os alunos demonstraram conhecer também a cegueira e a surdez, por se tratarem de deficiências mais facilmente identificáveis.

Já com relação à sala de recursos multifuncionais, que faz parte da questão de número cinco, 66% dos alunos responderam que não ouviram falar nela; 31% ouviram falar dela na faculdade; e 3%, fora dela. Conforme Braun (2011):

A Resolução nº 4/2009, no Art. 5º aponta que o AEE (Atendimento Educacional Especializado) é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns [...] Nesses espaços são desenvolvidas atividades a partir de estratégias que visem favorecer a construção de

⁵ Apesar dessas diferenças, na quinta edição do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders ou DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), conhecido como a "Bíblia da psiquiatria", elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association, ou APA), tanto a síndrome de Asperger quanto o Autismo se encontram dentro de um mesmo grupo de transtornos chamados de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

⁶ O termo aneuploidia refere-se a uma alteração genética que leva ao número anormal de cromossomos. A maior parte dos indivíduos afetados apresenta a trissomia (três cromossomos ao invés de dois cromossomos). No caso da Síndrome de Down, a trissomia ocorre no par de cromossomos 21.

conhecimentos do aluno com necessidades educacionais especiais e sua participação na vida escolar. Deste modo, a sala de recursos multifuncional é um espaço que precisa estar preparado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais que tenham formação para lidar com as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRAUN, 2011, p. 27).

A sala de recursos multifuncionais e o AEE, portanto, garantem ao aluno um serviço complementar ou suplementar às aulas do ensino regular, pois nesse espaço, o aluno poderá receber o apoio e as estratégias pedagógicas específicas para ele. Nas classes comuns, não seria fácil prestar esse atendimento especializado durante toda a aula. Entre outras coisas, o AEE auxilia o professor de classe comum a traçar os melhores caminhos para o processo de aprendizagem de seu aluno com deficiência.

Na questão número seis, um único aluno respondeu que se sente preparado para receber alunos com deficiências, transtornos, síndromes e altas habilidades. Por outro lado, 13 responderam que se sentiam preparados apenas em parte e 15 que não se sentem preparados. Dois não responderam a essa questão. Observou-se, portanto, que a maior parte dos alunos demonstrou não se sentir preparada para esse tipo de situação.

Na questão seguinte, a sete, 12 alunos responderam que em parte e o restante respondeu que sim, isto é, a maioria concorda com a sugestão de que o professor tem influência sobre comportamentos discriminatórios entre alunos. Diante disso, depreende-se que o professor desempenha um importante papel na desconstrução de pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias provenientes de seus alunos. Assim, torna-se fundamental firmar um compromisso entre a escola, os professores e os pais, a fim de que atitudes e pontos de vistas tradicionais possam constantemente ser revistos e adequados às demandas de toda a sociedade (CARNEIRO, 2014).

Na questão oito, apenas um aluno respondeu que as disciplinas obrigatórias e alternativas do currículo do curso capacitam-no plenamente para atender a diversidade de alunos em sala de aula; cinco alunos responderam que em parte, e os demais que não. Apesar de existir apenas uma cadeira obrigatória que tenha esta temática como principal — a disciplina de LIBRAS, destinada ao ensino de uma categoria específica de alunos, os surdos —, as demais cadeiras pedagógicas também poderiam relacionar esse conteúdo ao seu currículo, mas do modo como elas são ensinadas atualmente, a maioria dos alunos afirma que elas não lhes garantem a formação necessária para serem professores de uma classe heterogênea.

Com relação ao grau de importância que os participantes deram a uma disciplina que trabalhe com conteúdos voltados para o ensino de alunos com deficiências na perspectiva inclusiva, na pergunta de número nove, cinco responderam que consideram importante e os demais consideram que é muito importante. Ninguém marcou as alternativas “pouco importante” e “irrelevante”.

Na última questão, 10 alunos (um terço) responderam não conhecer a disciplina Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais; 12 conhecem a disciplina e pretendem cursá-la; quatro já cursaram; e três conhecem, mas não pretendem estudá-la — o que demonstra uma incongruência entre o falar (grau de importância) e o fazer (cursá-la). Assim, grande parte dos alunos sai do curso sem ter uma base geral sobre educação especial e inclusão, pois não se dá a importância necessária para esses temas.

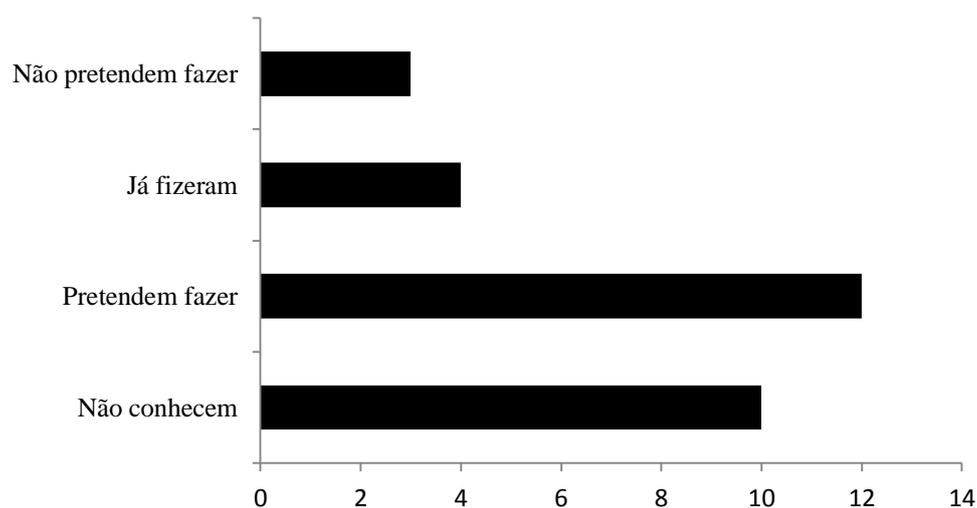


Figura 4. Respostas da questão 10. “Sobre a disciplina Intervenção Pedagógica e Necessidades Especiais”.

5.2 ANÁLISE QUALITATIVA E DISCUSSÃO

Do questionário qualitativo, participaram apenas três sujeitos, denominados estudantes A, B e C. Esta etapa do estudo teve um grau mais elevado de dificuldade para poder ser concluída. Mesmo o questionário contendo apenas cinco perguntas, muitos alunos que já haviam participado do questionário quantitativo acabaram por não respondê-lo. Assim, houve uma significativa queda no número de respostas. Apesar de nossa insistência para que os alunos participassem, eles demonstraram ter muito pouca disponibilidade para responder a pesquisa. Foi aconselhado aos estudantes serem o mais fiéis à sua realidade em suas respostas e entregarem os questionários em uma semana.

A primeira pergunta foi: “Qual sugestão você daria para mudar o currículo da licenciatura em Ciências Biológicas para que os futuros professores fossem mais capacitados a dar aulas para alunos com deficiência?”. A seguir estão as respostas.

- A. *Disponibilizar mais disciplinas específicas sobre o tema, mas também incluir o tema nas disciplinas que já são ministradas, mas que raramente, se alguma vez, tratam desse assunto [...].*
- B. *Talvez ter uma disciplina obrigatória que tratasse disso e ter práticas.*
- C. *Haver pelo menos duas disciplinas para educação especial: uma de libras e outra para os casos gerais [...].*

Com base na análise das respostas, é possível perceber que os três estudantes destacaram a importância de disciplinas que tratem de temas relativos à Educação Especial — e não somente como eletivas, mas como obrigatórias também. Além disso, considero relevante a sugestão de que se incluam nas disciplinas já existentes conteúdos voltados para o público-alvo da Educação Especial, pois demonstra que não pensam em inclusão escolar restrita apenas a uma ou duas disciplinas, mas como parte integrante do currículo do curso como um todo. Por último, resalto a preocupação com a inserção de práticas pedagógicas que contemplem esses temas, afinal, estamos falando de um curso de licenciatura, que tem por objetivo formar futuros professores que precisam praticar sua docência ainda na Universidade.

A segunda pergunta visava compreender as dificuldades e os pontos positivos que os alunos pensam que vão ter para trabalhar com alunos com deficiência — seja porque já preveem o que encontrarão, seja por já terem passado pela experiência de terem dado aula. A segunda questão foi: “Quais pontos positivos e negativos você acha que encontrará ao dar aula para alunos com deficiência?”.

- A. *[...] a chance de interagir com uma maior diversidade de alunos e ter a chance de poder oportunizar a interação e a aprendizagem para eles [...]. O principal ponto negativo é e será o medo de não saber reagir diante de situações inesperadas e que exijam um preparo especial.*

- B. [...] dependendo do tipo de deficiência, eu poderia ter dificuldades de lidar com a pessoa, por não ter tido preparo para isso. [...] ainda acho que o ideal seria ter dois professores por sala. Já imaginaste como seria complicado dar aula para alunos normais e surdos, por exemplo? Professor tem que escrever no quadro, falar, pegar folhas na mão, falar, manusear objetos (maquetes ou bichos, por exemplo) e falar ao mesmo tempo. Como fazer isso tudo e ainda traduzir isso para LIBRAS ao mesmo tempo? [...]
- C. Pontos positivos: expande o conhecimento e as estratégias de ensino didático-pedagógicas. Isso porque o docente deverá pensar, refletir e agir para transmitir um certo conteúdo de forma simples, clara e acessível para tal aluno — além de adequar a aula para o restante da turma! Pontos negativos: o docente terá mais trabalho para si em encontrar as estratégias de ensino para os alunos especiais. [...] ele terá que dispor de mais tempo para um único ou pouquíssimos alunos em uma sala de aula. Difícil, né? É complicado, eu ainda tenho dificuldades para encontrar uma maneira mais simples de lidar com essas situações!

Nas respostas dadas, são evidentes os sentimentos de medo e insegurança dos futuros professores em trabalhar com alunos com deficiência, segundo SILVA (2005):

Todo processo de transformação dessa natureza constitui uma mudança de paradigma, o que geralmente provoca nas pessoas diversas reações, dentre as quais ansiedade, medo, rejeição, resistência, interesse, entusiasmo. [...] No caso do tema aqui focalizado, o paradigma da construção de sistemas educacionais inclusivos, em desenvolvimento, requer relações interpessoais que sejam eficientemente acolhedoras para todos, ou seja, que atendam às necessidades educacionais de todos, inclusive dos que apresentam necessidades educacionais especiais (SILVA, 2007, p. 374).

De qualquer forma, os pontos positivos demonstram o que os sujeitos pensam a respeito dos ganhos em se trabalhar com a diversidade, principalmente para sua prática pedagógica. Sem contar que a sugestão de dois professores em uma mesma turma mostra-se bem promissora, visto que já vem sendo implementada em diversos contextos com êxito.

Sendo assim, cremos que uma atitude a ser pensada e posta em prática seja o enfrentar o medo do novo e contribuir para a mudança em prol de uma educação

inclusiva, pois só assim poderemos alcançar a transformação do nosso sistema educacional. Para isso, é necessário passar por esse processo complexo que envolve inclusive a alteração de nosso modo de pensar e agir na prática educacional.

A terceira questão buscava averiguar se os alunos sabem utilizar métodos pedagógicos inclusivos. A pergunta que tratava deste assunto era: “você pode citar alguma metodologia que possa ser usada em uma aula de biologia que integre alunos com deficiência?”.

A. [...] Um exemplo são aulas fora da sala de aula, em que os alunos possam explorar não somente a forma verbal de troca de conhecimentos, mas também ter experiências que envolvam outras formas de inteligência, como, por exemplo, utilizando os sentidos. Alunos com dificuldade ou ausência de visão podem aproveitar muito mais uma aula em que possam manusear plantas, folhas, frutos e flores, por exemplo. Mas isso não será uma experiência enriquecedora apenas para eles, pois todos os alunos vão ter a possibilidade de experimentar essa forma aprender que foge ao cotidiano mais comum da sala de aula, baseado em explicações teóricas, sobretudo de forma unidirecional a partir do professor.

O estudante A aborda uma temática importante que a inclusão escolar carrega consigo, que é a necessidade de ampliar a criatividade do professor e o favorecimento de todos os alunos com novos métodos de ensino que enriqueçam a aula para todos, uma vez que o professor começa a utilizar vários outros sentidos de seus alunos para proporcionar o aprendizado, como o tato, olfato, paladar, entre outros.

B. Acho que maquetes de alto relevo, coisas palpáveis para cegos, seria um exemplo. Nunca parei para pensar muito nisso. A universidade nos direciona a pensar em aulas normais para alunos normais. Nas disciplinas obrigatórias muito pouco se fala sobre alunos que precisariam de métodos especiais de ensino. Com isso, acabamos muitas vezes nem parando para pensar sobre isso para os diversos tipos de deficiência. Já ouvi relatos de que quando a situação ocorre no cotidiano do professor, é que este para e pensa em uma solução. Mas um preparo universitário bem que poderia ajudar nisso.

O estudante B aborda outro item valioso para conseguirmos construir aulas mais criativas e integradoras, que é o exercício da criação por parte do professor. Poucas disciplinas abordam esta temática, e quanto antes o futuro professor exercitar sua criatividade, mais fácil será quando ele de fato chegar ao ambiente escolar.

C. Falar pausadamente exemplificando com clareza e coerência; fazer analogias com coisas concretas imagináveis para o aluno; em divisão celular, construir um modelo com massinha de modelar para o aluno cego “imaginar” como os cromossomos agem durante a mitose e meiose; caracterizar os aspectos morfológicos dos seres vivos e de estruturas microscópicas, fazendo comparações com objetos da vida cotidiana.

Já o aluno C traz mais um ponto que também é esquecido ou deixado de lado, que é o estímulo à imaginação do aluno e a associação dos conteúdos de aula com seu contexto, ao invés de seguir somente os livros didáticos. O mais frequente é ver professores que não estimulam — às vezes, até limitam — a imaginação dos seus alunos, usando sempre o antigo método padronizador de induzir com que todos pensem exatamente da mesma forma. Com isso, não levam em conta o fato de que cada aluno possui uma história de vida diferente, um contexto diferente. Associar conteúdos que são transmitidos e vivenciados em aula com o contexto do aluno é fundamental para a compreensão desses conteúdos e para a inclusão do aluno.

A quarta pergunta teve como objetivo averiguar o posicionamento dos estudantes a favor ou contra a inclusão, bem como o porquê de tal opinião. A pergunta de número quatro era: “qual sua opinião sobre o acesso e permanência no ensino regular de alunos com deficiência?”.

B. Acho uma questão bastante complicada, pois muitas vezes nem professores e nem alunos estão preparados para recebê-los. Já ouvi relato de mãe que teve que trocar o filho deficiente físico de uma escola comum para uma especial, porque o filho apanhava na escola comum.

Infelizmente, esse fato relatado pelo estudante B acontece frequentemente. Como qualquer outra minoria, as pessoas com deficiência sofrem discriminação nos mais variados ambientes. Não poderia ser diferente na escola, principalmente quando não se teve a preocupação em criar uma cultura inclusiva entre a comunidade escolar de um modo geral e, especificamente, entre o alunado. Segundo Batista (2004), alunos com deficiência mental são menos aceitos e são mais rejeitados do que seus colegas, passando a maior parte do tempo sozinhos, demonstrando dificuldades para iniciar, manter e finalizar os contatos sociais com os colegas.

- A. *Concordo plenamente. Pesquisas têm demonstrado que o desenvolvimento social e intelectual de alunos(as) com ditas deficiências é maior e até mais rápido quando eles(as) frequentam turmas de ensino regular e convivem com todos os alunos. Não só o acesso, mas também a permanência deve ser incentivada, com aulas de reforço, caso necessárias, com atividades em turno inverso ou extras que também permitam a participação de alunos “não-especiais”, aumentando a possibilidade de vivências e compartilhamentos.*
- C. *Isso vai depender do perfil cultural e personalizado de cada um. Entre os três alunos especiais que conheci em cursinhos populares, dois deles tiveram aprovação na UFRGS, e compareciam nas aulas regularmente durante o ano; já outro desistiu esse ano do cursinho que dou aula, porque foi oferecido uma oferta de trabalho a ele (espero que tenha sido por esse motivo) [...].*

Os estudantes A e C mostraram perspectivas positivas sobre a inclusão. Apesar das dificuldades e dos preconceitos disseminados em nossa sociedade, há muitos professores ou futuros professores que veem a inclusão escolar como o melhor caminho para a inclusão social da pessoa com deficiência.

Segundo uma pesquisa feita por SANT’ANA (2005), o discurso da maioria dos professores evidencia uma posição favorável à inclusão dos alunos, talvez por ser um tema que está sendo muito discutido e valorizado atualmente no meio acadêmico e social. Contudo, os resultados dessa mesma pesquisa também mostraram que os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão e precisariam do apoio de especialistas.

A última pergunta do questionário qualitativo foi sobre a disciplina Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais. Ela foi dividida em duas subquestões: uma para o estudante que já cursou a referida disciplina e outra para o que ainda não cursou. A seguir, são apresentadas as perguntas e respostas.

- a) Você acha que ela contribuiu para sua formação como professor apto a atender alunos com deficiência?

A. Sim, contribuiu. A disciplina despertou um maior senso crítico sobre a inclusão e levou a considerações e reflexões sobre o tema. No entanto, não acho que tenha sido o suficiente. E não há mais disciplinas sobre essa área disponíveis no currículo do Curso.

- b) Se você não fez, acha que é importante haver uma disciplina que aborde esta temática? Explique.

B. Sim, por tudo o que já disse nas questões anteriores, a maioria das disciplinas nos direciona a pensar sempre em aulas normais com alunos normais. Acredito que uma disciplina como essa nos ajudaria a pensar metodologias com adaptações a necessidades especiais, que normalmente não pensamos pela falta de vivência e preparo para essas situações.

C. Como havia dito, os casos mais frequentes nas instituições são de pessoas portadoras de cegueira parcial ou total. [...] Percebe-se então a presença de alunos especiais em sala de aula, algo bem próximo da nossa realidade, e vejo a disciplina “Intervenção pedagógica e necessidades educativas especiais” como essencial para a formação docente.

Os estudantes lembram mais uma vez da importância de haver disciplinas que acolham a temática da inclusão, que facilitem e permitam o aperfeiçoamento da didática do professor. Apesar de ser um trabalho árduo e de longo caminho, o anseio pela a

busca de aprender a ensinar para um universo novo mergulhado na nossa própria diversidade é evidente.

Com o devido apoio da universidade, por meio de uma formação docente inicial consistente, será possível contribuir para o sucesso educacional de muitos alunos. Por outro lado, não devemos tomar a falsa crença de que tudo depende unicamente do professor. A quebra de barreiras em prol do acolhimento e respeito às diferenças envolve toda a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, foi possível reconhecer que, de um modo geral, os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que participaram da pesquisa responderam positivamente ao Decreto nº 6.094/2007, que garante o direito ao acesso e à permanência no ensino regular de alunos com deficiência — por conseguinte, à proposta de inclusão escolar das pessoas com deficiência em classe comum. No entanto, os sujeitos apresentaram dificuldades para responder certas perguntas no questionário relativas à exequibilidade desse mesmo Decreto, mostrando-se reticentes quanto à sua implementação. Tal fato é compreensível, uma vez que o processo de inclusão desse alunado na escola regular vem acontecendo de maneira lenta, evidenciando um quadro complexo decorrente de séculos de exclusão e descrédito no potencial de aprendizagem dessa parcela da sociedade.

Por outro lado, os sujeitos mostraram reconhecer que o conhecimento oferecido pela universidade não é suficiente para os capacitarem a darem aulas a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Muitos desses sujeitos percebem que o currículo de seu curso é deficitário com relação a esse tema e que urge a necessidade de ampliação de conteúdos e experiências que envolvam a Educação Especial, tendo como intuito dar maior visibilidade ao assunto e desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas.

De acordo com Freitas (2014),

[...] nascemos capazes de aprender e construir conhecimento, essa não é a capacidade de nos adaptarmos ao mundo, mas de inventá-lo, invenção como ato único produzido por cada sujeito (FREITAS, 2014, p. 435).

Para fins de alcançar o sucesso educacional dos alunos sujeitos da Educação Especial em ambientes inclusivos, devemos dar um passo em direção ao aperfeiçoamento/enriquecimento curricular dos futuros professores — neste caso, dos alunos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas —, voltando o nosso olhar para uma formação docente inicial com mais qualidade. Uma alternativa seria adicionar ao currículo pedagógico uma disciplina ampla e generalista ou — o que é muito mais viável — tornar obrigatória a disciplina já existente, Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais, para todos os licenciandos do referido curso.

Entretanto, pensamos que tal medida não seja suficiente, visto que uma única disciplina de caráter generalista, de carga horária reduzida (30h), não apresenta condições de abranger assuntos mais específicos do campo das Ciências Biológicas, assim como estratégias pedagógicas para ensiná-los a alunos com deficiência. Para tanto, acreditamos que uma solução seria disponibilizar outras disciplinas mais específicas como alternativas e eletivas, dentro da grade curricular do próprio curso.

Além dessas medidas, acreditamos que se faz urgente e necessário o desenvolvimento de uma conscientização, por parte de toda a Universidade, do direito à educação de qualidade a pessoas com deficiência. Para tanto, deve-se criar uma cultura institucional que coloque a inclusão escolar na ordem do dia. Que siga sua trajetória educacional pautada em princípios democráticos. Afinal, não basta formar um profissional que tenha uma mentalidade aberta à diversidade, mas a própria Universidade precisa servir de exemplo para esse futuro profissional, de forma que futuramente, em sua prática pedagógica, se verifique a colocação em prática do que a Universidade lhe mostrou (SANTOS, 2003).

A criação de uma cultura inclusiva deve seguir em busca da libertação do pensamento homogeneizado — ancorado na premissa de que devemos temer o novo e diferente — e engajar o desejo por novos desafios pedagógicos, de acordo com Boaventura (2008):

Os ensinamentos que devem ser trabalhados na escola não são apenas referentes às disciplinas, trata-se de ensinamentos que podem formar cidadãos, com atitudes solidárias de respeito e valorização à diversidade, visando desenvolver capacidade crítica e reflexiva, em busca de uma escola inclusiva (BOAVENTURA, 2008, p. 58).

A intencionalidade educativa não se restringe tão somente ao processo de ensino-aprendizagem. Isso quer dizer que a busca por equidade em nossa sociedade e a formação de cidadãos não se limita exclusivamente ao papel do professor, pois com sua prática pedagógica inclusiva, ele não consegue sozinho eliminar a exclusão. A comunidade escolar e a sociedade em geral têm papel fundamental na construção de um ambiente inclusivo, assim como Foucault (1996) diz:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagógica, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios outrora, os laboratórios de

hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo de como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1996, p. 17).

A partir da disposição dos alunos do curso de Ciências Biológicas em aprenderem a adaptarem-se às necessidades de seus futuros alunos, será dado mais um passo para garantir os direitos de todos a uma boa educação, sabendo que este processo é bilateral. Tanto as pessoas com deficiência quanto os demais na sociedade devem buscar minimizar as desigualdades e se empenhar a efetivar a equiparação de oportunidades para todos, a fim de que cada pessoa esteja preparada a assumir seu papel na sociedade (BOAVENTURA, 2008).

Segundo Farias (2008), o professor é o profissional que cria os meios para incentivar e mediar a permanência do aluno na escola e promover seu aprendizado. Contudo, o professor pode também inviabilizar a descoberta de possíveis estratégias educacionais que impliquem a revisão de sua prática. Portanto, renova-se mais uma vez a importância de uma formação que capacite o futuro professor a assumir o papel de ser um apoio para que o aluno com deficiência possa ser incluído em seu processo educacional.

REFERÊNCIAS

ABRE-TE – Associação Brasileira de Síndrome de Rett. **Síndrome de Rett**. Disponível em: <http://www.abrete.org.br/sindrome_rett.php>. Acesso em: 18 maio 2015.

AJURIAGUERRA, Julian de e MARCELLI, Daniel. **Manual de psicopatologia infantil**. 2. ed. Tradução de A. E. Filman. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1991.

BATISTA, Marcus Welby & ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de psicologia**, 9(1), p. 101-111, 2004.

BOAVENTURA, R. S. **A Gestão Escolar na Perspectiva da Inclusão**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2008.

BRABO, Gabriela M. B. **Formação docente inicial e o ensino ao aluno com deficiência em classe comum na perspectiva da educação inclusiva**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais – Manual de Orientação**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. 2. ed. , p. 92, Brasília: MEC 2006.

BRAUN, Patrícia & VIANNA, Márcia Marin. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In: PLETSCHE, Márcia Denise e DAMASCENO, Allan (orgs.). **Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Rio de Janeiro: EDUR, 2011. p. 22-33.

CARNEIRO, Léa Monte. **O papel do professor na abordagem de questões identitárias no ambiente escolar: gênero, sexualidade e diversidade**. Repositório Institucional. Disponível em: < <http://www.repositorio.uniceub.br/>>. Acesso em: 24 maio 2014.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CERQUEIRA, J. B., & FERREIRA, E. D. M. B. Recursos didáticos na educação especial. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 24-29, 1996.

CRESSWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FARIAS, I. M. D.; MARANHÃO, R. V. D. A.; CUNHA, A. C. B. D. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 3. 2008.

FERREIRA, J. R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. **Caderno Cedes**, v. 19, n. 46, 1998.

FOUCAULT, M. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola. 1996.

FREITAS, C. R. Philip dos civilizados, o selvagem da selva de pedra. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 431-446, 2014.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. (Questões Atuais em Educação Especial).

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Rev. bras. educ. espec.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 85-100, 2006.

GOMES, C., & REY, F. L. G. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. **Psicol. Cienc. Prof**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 406-17, 2007.

KUPFER, M. C. M., FARIA, C., & KEIKO, C. O tratamento institucional do Outro na psicose infantil e no autismo. **Arquivos brasileiros de psicologia**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 156-166, 2007.

LAPLANE, A. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 689-715, 2006.

MINAYO, Maria Cecília S., SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: < <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996.

PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SANTOS, J. A., FRANCESCHINI, S. D. C. C., & PRIORE, S. E. Curvas de crescimento para crianças com Síndrome de Down. **Ver. Bras. Nutr. Clin.**, Viçosa, v. 21, n. 2, p. 144-8, 2006.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista Movimento** – Revista da Faculdade de Educação da UFF – nº 7, Maio de 2003 – p. 78-91.

SCHWARTZMAN, J. S. Síndrome de Rett. **Revista brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 110-113, 2003.

SILVA, S. C., ARANHA, M.S.F. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp**, Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394, 2005.

TEIXEIRA, P. **Síndrome de Asperger**. Universidade Lusíada do Porto (Portugal). O Portal dos Psicólogos. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/>> Acesso em: 25 maio 2005.

TEODORO, A.; SANCHES, I. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 8, p. 63-83, 2006.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, p. 45-50, 1984. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/527.pdf>>.

TRÉZ, Thales de A. Caracterizando o método misto de pesquisa na educação: um *continuum* entre a abordagem qualitativa e quantitativa. **Atos de Pesquisa em Educação** – PPGE/ME. V. 7, n. 4, p. 1132-1157, dez. 2012.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO****TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, _____, abaixo assinado (a), portador (a) da carteira de identidade nº. _____ expedida por _____ em ____/____/____, autorizo a utilização das informações por mim fornecidas no questionário e entrevistas, para análise, discussão e divulgação da pesquisa acadêmica que está sendo desenvolvida pela aluna de graduação Andressa Verdum Gross, intitulada **“A Formação Docente do Professor de Biologia com Relação às Políticas de Inclusão Escolar”**, com a condição de que minha privacidade seja protegida pela não identificação como informante, pela autora da pesquisa.

Estou ciente de que a minha participação na pesquisa é voluntária, sem qualquer vantagem financeira, por se tratar de uma pesquisa acadêmica desenvolvida em nível de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela aluna Andressa Verdum Gross, que tem por objetivo analisar a formação docente que ocorre na licenciatura do referido curso da universidade para o ensino ao aluno com deficiência em classe comum na perspectiva da educação inclusiva.

Também estou ciente de que me é assegurado o direito de não participar ou de me retirar da pesquisa, a qualquer momento, sem que isso represente qualquer tipo de prejuízo profissional.

Quaisquer dúvidas sobre o andamento da pesquisa, a pesquisadora fica à disposição para esclarecimentos. Fica garantido o bom uso das informações para o avanço do conhecimento e o bem-estar das pessoas.

Porto Alegre, ____ de _____ 2015

Assinatura